

**A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL GERADA PELA PRODUÇÃO DO
ESPAÇO HABITACIONAL NA CIDADE DE MARINGÁ/PR**

Livia Fiorillo Nunes

Universidade Estadual de Maringá
orcid.org/0000-0001-9735-5067
E-mail: lih.fiorillo@gmail.com

Fernando Luiz de Paula Santil

Universidade Federal de Uberlândia
orcid.org/0000-0002-1165-2165
E-mail: santilflp@gmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.6980

Resumo

Este artigo apresenta considerações sobre as relações das habitações sociais no processo de produção do espaço urbano brasileiro. De modo mais preciso, quais as possíveis relações entre o Programa Minha Casa, Minha Vida, sua parceria com os grandes agentes e os processos de segregação socioespacial. Ao promover grandes reassentamentos populacionais e novas formações socioespaciais, no caso das metrópoles e de cidades médias brasileiras, os sujeitos ficam submetidos a um processo de segregação socioespacial. É o que acontece no município de Maringá no Estado do Paraná e em seus distritos – Floriano e Iguatemi. Apesar do programa habitacional fornecer acesso à moradia, os indivíduos acabam sendo enfraquecidos social e territorialmente, pois o direito à cidade não acompanha o benefício. Na medida em que são realocados para residir em áreas periféricas afastadas dos grandes centros, de modo que acaba dificultando o acesso à cidade, além de também gerar grandes vazios urbanos. Nesse sentido, o presente artigo busca mostrar os efeitos territoriais existentes ligados as habitações sociais que são destinadas às classes de menor renda. No caso, as habitações do Programa Minha Casa, Minha Vida no distrito de Floriano. A partir de estudos sobre produção do espaço urbano maringaense e de uma visita de campo se buscou analisar a dinâmica socioespacial do perímetro, foi possível constatar a falta de equipamentos públicos e privados, mesmo após a implementação de três conjuntos habitacionais. Essa dinâmica urbana atrelada ao valor do terreno e a renda dos indivíduos, acaba fortalecendo desigualdades territoriais entre diferentes áreas do município.

Palavras-chave: Segregação Socioespacial; Programa Minha Casa, Minha Vida; Habitações Sociais; Maringá

**THE SOCIAL-SPATIAL SEGREGATION GENERATED BY THE
PRODUCTION OF HOUSING SPACE IN THE CITY OF MARINGÁ/PR**

Abstract

This article presents considerations about the relations of social housing in the production process of the Brazilian urban space. More precisely, what are the possible relationships between the Minha Casa, Minha Vida Program, its partnership with major players and the processes of socio-spatial segregation. By promoting large

population resettlements and new socio-spatial formations, in the case of Brazilian metropolises and medium-sized cities, subjects are subjected to a process of socio-spatial segregation. This is what happens in the municipality of Maringá in the State of Paraná and in its districts - Floriano and Iguatemi. Despite the housing program providing access to housing, individuals end up being socially and territorially weakened, as the right to the city does not accompany the benefit. To the extent that they are relocated to live in peripheral areas away from large centers, so that it ends up making access to the city difficult, in addition to also generating large urban voids. In this sense, this article seeks to show the existing territorial effects linked to social housing that are destined for the lower income classes. In this case, the houses of the Minha Casa, Minha Vida Program in the district of Floriano. Based on studies on the production of the urban space in Maringá and a field visit, it was sought to analyze the socio-spatial dynamics of the perimeter, it was possible to verify the lack of public and private equipment, even after the implementation of three housing estates. This urban dynamics, linked to the value of the land and the income of individuals, ends up strengthening territorial inequalities between different areas of the municipality.

Key Words: Segregation Socio-spatial; Minha Casa, Minha Vida Program; Social Housing; Maringá

LA SEGREGACIÓN SOCIOESPACIAL GENERADA POR LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO HABITACIONAL EN LA CIUDAD DE MARINGÁ / PR

Resumen

Este artículo presenta consideraciones sobre las relaciones de la vivienda social en el proceso de producción del espacio urbano brasileño. De manera más precisa, cuáles son las posibles relaciones entre el programa *Minha Casa, Minha Vida*, su asociación con las grandes agencias y los procesos de segregación socioespacial. Al promover grandes reasentamientos de población y nuevas formaciones socioespaciales, en el caso de las metrópolis brasileñas y las ciudades medianas, los sujetos están sometidos a un proceso de segregación socioespacial. Esto es lo que sucede en el municipio de Maringá en el estado de Paraná y en sus distritos: Floriano e Iguatemi. Aunque el programa habitacional proporciona acceso a la vivienda, los individuos terminan siendo debilitados social y territorialmente, ya que el derecho a la ciudad no acompaña el beneficio. En la medida que son reubicados para vivir en áreas periféricas lejos de los grandes centros, de modo que termina dificultando el acceso a la ciudad, además de generar grandes vacíos urbanos. En ese sentido, este artículo busca mostrar los efectos territoriales vinculados a la vivienda social que son destinados a las clases de bajos ingresos. En este caso, las casas del Programa *Minha Casa, Minha Vida* en el distrito de Floriano. Con base en estudios sobre la producción del espacio urbano en Maringá y una visita de campo, se buscó analizar la dinámica socioespacial del perímetro, y fue posible verificar la falta de equipamiento público y privado, incluso después de la implementación de tres conjuntos de viviendas. Esta dinámica urbana vinculada al valor del terreno y al ingreso de los individuos termina fortaleciendo las desigualdades territoriales entre las diferentes áreas de la urbe.

Palabras clave: Segregación socioespacial; Programa *Minha casa, Minha vida*; Vivienda social; Maringá.

Introdução

Nesse início de século XXI, o Brasil passou por inúmeras e importantes transformações. Dentre essas modificações, uma parte relevante decorre das políticas públicas adotadas nos últimos anos pelo Governo Federal. Tais políticas implicaram em grandes mudanças na produção do espaço urbano, na sua morfologia, bem como no seu conteúdo social. Particularmente marcantes foram seus impactos nas realidades urbanas das cidades de porte médio do interior do país.

Os programas habitacionais tiveram destaque nas transformações espaciais pelas quais passaram essas cidades, colocando em relação uma multiplicidade de agentes: Estado, em seus diversos níveis, e os agentes imobiliários, sobretudo, mas, também, em menor grau, os movimentos sociais. A complexidade do mundo atual, dada por um conjunto de relações entre instâncias da sociedade e escalas, exige, para a compreensão dos problemas urbanos e para o desenho de estratégias para superar tais problemas, a consideração da dimensão espacial.

A presente proposta de pesquisa toma essa compreensão do mundo atual como pressuposto para avançar na discussão da segregação socioespacial gerada por programas habitacionais. É o caso, por exemplo, do Programa Minha Casa, Minha Vida que busca simplificar o acesso à casa própria para famílias de baixa renda. Mas à medida que o Programa fornece a moradia, acaba criando obstáculos para efetivar o direito à cidade.

Para compreender as dimensões desse processo, este artigo propõe uma breve análise das desigualdades territoriais urbanas gerada nas cidades média brasileiras, com o objetivo de contribuir para a discussão das implicações socioespaciais dos programas habitacionais destinados à população de menor renda. Nesse sentido, o diagnóstico foi realizado na cidade de Maringá, no Estado do Paraná, buscando compreender a produção do espaço urbano sob a lógica do mercado que se realiza com base no processo de troca.

O modo como a cidade de Maringá foi arquitetada, como uma mercadoria pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), é um mecanismo modelo presente em diversas metrópoles e cidades médias brasileiras, onde prevalece o modo de produção capitalista. Nessa percepção, o planejamento criado para a cidade afasta as populações pobres que não conseguem disputar um lugar nas áreas centrais devido ao alto custo dos terrenos e são empurradas para as áreas periféricas. Ou até mesmo, para seus Distritos e as cidades vizinhas.

Com a chegada de políticas públicas para reduzir o déficit habitacional no Brasil, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, as cidades brasileiras, assim como Maringá, até adotaram as medidas necessárias da política pública, mas aparentemente direcionadas de acordo com os interesses imobiliários, resultando no acirramento das desigualdades territoriais, bem como a segregação dos moradores beneficiados. Esse é um paradigma das cidades capitalistas que geram a segregação da moradia vinculada às condições de renda dos indivíduos, o que reflete uma sociedade segmentada e desigual.

Para tanto, esse artigo baseia-se nos conceitos de segregação socioespacial, desigualdade territorial e justiça espacial. A análise da pesquisa também gira em torno do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida que em 2019 completou 10 anos de existência. Uma política pública que atua na redução do déficit habitacional brasileiro, mas que também se mostrou como uma estratégia econômica, após a crise imobiliária de 2008 nos Estados Unidos.

No segundo momento, foi necessário levantamento de dados, na forma de banco de dados ou mesmo de publicações recentes versando sobre um dos maiores programas habitacionais já criados, para capturar quais são os principais impactos que tal política vem provocando na estruturação das cidades médias.

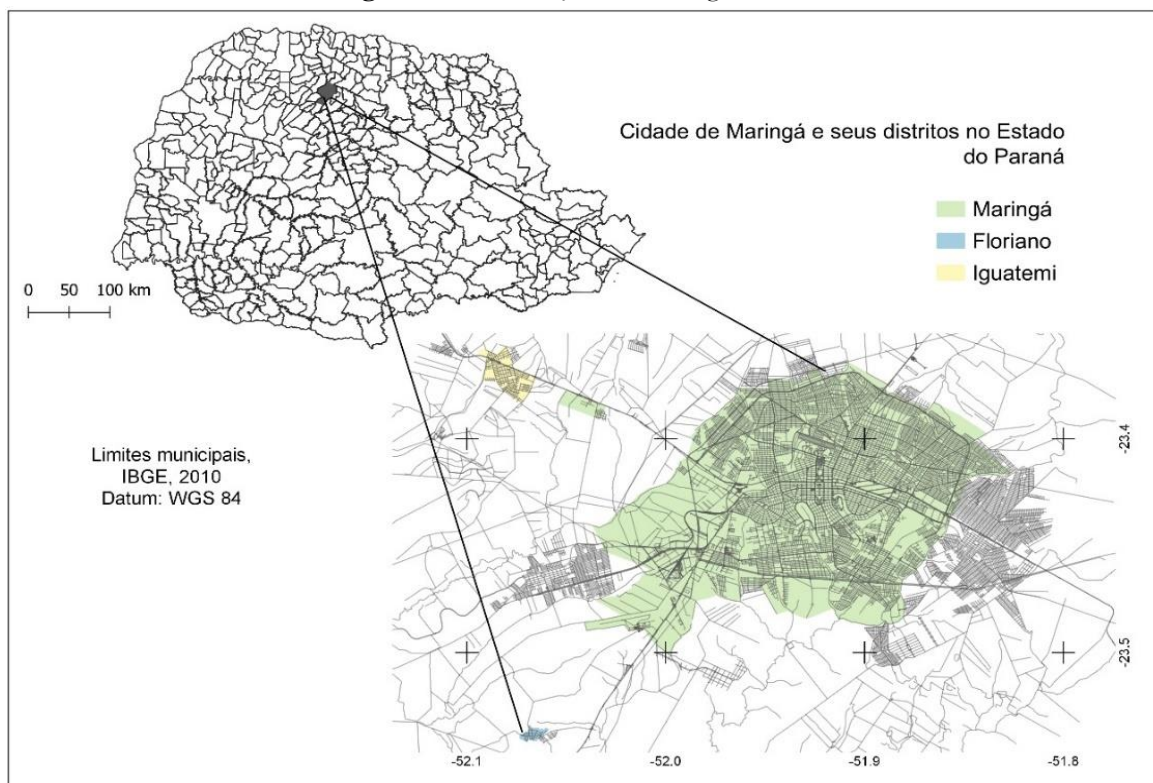
Além disso, foi realizada uma visita de campo no distrito de Floriano, pertencente ao município de Maringá que possui caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, quantitativa e recorte transversal, onde encontram-se três conjuntos habitacionais produzidos pelo PMCM, para entender a dinâmica socioespacial. A metodologia escolhida para essa pesquisa vai se basear na análise de conteúdo, que segundo Olabuenaga e Ispizúa (1989), consiste numa técnica para ler e interpretar o conteúdo de todas as classes de documentos. Serve, portanto, para analisar devidamente o que se busca, além de estabelecer medidas que levem a informações de questões e fatos da vida social.

Com isso, o exemplo escolhido apontou que, a medida em que os programas habitacionais facilitam o acesso à moradia, as populações são deslocadas para áreas mais distantes do centro urbano onde se concentra a maior parte dos serviços e infraestruturas, para áreas nas quais o custo da terra urbana é menor e, por consequência, há ainda ausência de uma grande parte de serviços e infraestruturas necessárias à vida cotidiana.

Produção do espaço urbano de Maringá e seus agentes transformadores

Maringá está localizada na mesorregião norte-central do Paraná, como pode ser observado na Figura 01 e se destaca como uma das principais cidades do estado e desempenha importantes papéis no âmbito da rede urbana regional, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2008). Foi uma cidade planejada, assim como Londrina, e teve um desenvolvimento diferenciado das demais. Seu povoamento começou em 1938, mas foi no início da década de 1940 que suas primeiras edificações deram princípio ao desenvolvimento urbano. Maringá foi fundada em 10 de maio de 1947 como um Distrito de Mandaguari. Somente em 1951, com a Lei nº 790 de 14/11/1951, é que Maringá foi elevada ao patamar de município. Atualmente, em divisão territorial datada de 31-XII-1968, o município é constituído de 3 distritos: Maringá, Floriano e Iguatemi, assim permanecendo desde 2007.

Figura 01: Localização de Maringá e seus distritos



Fonte: Elaborado pelo (a) autor (a), 2019.

Seu crescimento populacional foi rápido e diretamente ligado à expansão da fronteira agrícola através da venda de lotes na região sob responsabilidade da CMNP (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), onde indivíduos com condições

econômicas estáveis puderam comprar lotes. Dessa forma, estabeleceu-se um pequeno povoado chamado de “Maringá Velho” (MÁRINGA, 2013).

Segundo Luz (1980), a Companhia incentivava a vinda de pessoas para esse povoado a fim de formar um núcleo inicial que suprisse as necessidades básicas dos moradores com diversas atividades, dando sustento a futura cidade. Somente com a demarcação definitiva da estrada de ferro que tinha o intuito de promover o acesso a novas áreas, bem como a praticidade de escoar o que era produzido na região, esses novos núcleos urbanos foram se instalando ao longo do eixo ferroviário. Isso proporcionou que a Companhia realizasse todo o planejamento urbano da cidade a partir de uma divisão de bairros de acordo com suas funções, como ressalta Andrade e Cordovil (2008):

Em linhas gerais, o plano urbanístico de Maringá possui, como diretrizes de implantação principais, o eixo da ferrovia e o eixo monumental que o corta transversalmente. O eixo da ferrovia foi traçado no sentido leste-oeste e conforma-se na parte mais alta e plana do sítio e, a partir dela, configuram-se as vias paralelas. O eixo monumental segue a mesma lógica do eixo da ferrovia, situando-se no espigão que divide os dois córregos, Moscados e Cleópatra. Estes possuem a vegetação nativa preservada e abrigam dois parques (ANDRADE, C. R. M; CORDOVIL, F. C. de S. 2008, s/n).

Rodrigues (2005) ressalta que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná projetou a cidade de modo que as áreas residenciais fossem caracterizadas da seguinte forma: no centro da cidade e seu entorno estariam as áreas residenciais consideradas “principais”, a oeste as áreas “populares”, e a leste, onde se localiza a zona industrial, a área residencial “operária”. Essa delimitação também provocou diferenciação nos valores dos lotes colocados à venda. Portanto, essa conjuntura formada pela Companhia, de um espaço urbano definido pela função das classes sociais subtende que, desde a projeção inicial, a cidade de Maringá já mostrava um caráter segregador, pois inviabilizava certos grupos sociais de adquirirem lotes em áreas privilegiadas, destinando a essas camadas populares as áreas mais afastadas da cidade, provocando assim dinâmicas sociais excludentes, principalmente do ponto de vista das suas espacialidades.

Segundo Rodrigues (2004), a hierarquização social estabelecida pela Companhia beneficiava a mesma, pois o recorte socioespacial e a elitização de certas áreas criava o cenário ideal para a valorização dos lotes, ou seja, preços cada vez mais altos que aumentavam os lucros de um mercado imobiliário totalmente conduzido pela Companhia

Melhoramentos Norte do Paraná. A autora também ressalta que, atualmente, essa hierarquização se mostra ainda mais perceptível:

Nos dias atuais essa definição tornou-se evidente na configuração residencial de Maringá, onde se observam distinções na ocupação residencial segundo a condição de classe: as rendas altas ocupam a área previamente definida como principal, além de uma parcela da área inicialmente projetada para as classes populares (zonas 4 e 5); as rendas médias ocupam a área destinada, no projeto inicial, às classes operárias (Vila Operária); e as rendas baixas se localizam nas áreas de expansão que se desenvolveram fora do primeiro traçado (os novos conjuntos habitacionais) (RODRIGUES, 2005, p. 64).

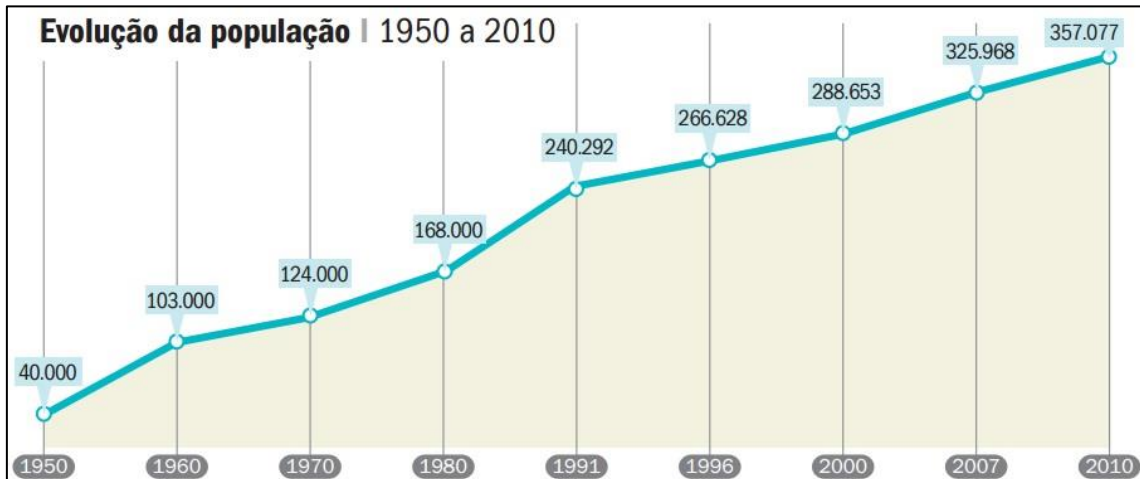
A começar pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, temos o primeiro grande agente transformador do espaço urbano maringaense, pois foram os organizadores de todo o desenvolvimento da área, como os valores dos lotes, suas extensões e atividades. Segundo Araújo (2010), Maringá foi traçada para ser o centro comercial da região e, por isso, a Companhia estipulou o período de um ano aos proprietários de lotes para construírem, não permitindo que os lotes não se mantivessem vazios. Dessa forma, o espaço foi sendo consolidado pela Companhia de maneira rápida, promovendo seu crescimento urbano. Ainda, segundo a autora, a CMNP colocou em prática seus interesses e ideias apresentando uma soberania sobre como a cidade deveria ser.

Um exemplo expressivo desse poder é em relação a ocupação do solo maringaense, onde as diretrizes estabelecidas em seu projeto inicial sem mantêm até hoje. Mas isso não seria possível sem a ajuda do poder público municipal, outro agente transformador do espaço urbano. Segundo Rodrigues (2004), existiam diversos vereadores que estavam no governo municipal, mas que também eram representantes da Companhia, dando assim, uma posição exclusiva e mantendo o poder centralizado como agente imobiliário. Entretanto, com o passar dos anos, outros agentes inseriram-se na cidade e assim a Companhia foi perdendo seu domínio exclusivo.

Maringá despertou o interesse de trabalhadores que buscavam investir em diversas áreas, como em imóveis e na agricultura, transformando-se assim, num dos principais produtores agrícolas do país e com um mercado imobiliário consolidado. Consequentemente, também se tornou um dos municípios com maior grau de urbanização e de crescimento demográfico no Estado. O projeto da cidade visava que, em 50 anos a cidade deveria atingir 200.000 habitantes. Mas conforme se verifica no gráfico de evolução

da população (Figura 02), a cidade passa de 40 mil habitantes em 1950 para mais de 350 mil. Em apenas 60 anos a cidade vê sua população aumentada em mais de 300 mil. Em termos percentuais, aproximadamente, 767%.

Figura 02: Gráfico da evolução da população de Maringá/PR



Fonte: IBGE, 2016.

Conforme a população da cidade crescia, também aumentava a influência do setor imobiliário que, de certa forma, acabou moldado toda a produção do espaço urbano maringaense. Segundo Araújo (2010):

[...]. Entender a importância deste mercado para a cidade e região, assim como o papel desses agentes na organização do espaço urbano. Este grupo tem forte atuação na definição do espaço, dá continuidade às zonas já definidas no projeto da cidade, mas preocupa-se com a valorização de algumas áreas, em detrimento de outras. Estes agentes sociais têm como objetivo preponderantemente a obtenção de lucro no comércio de imóveis, porém, paralelamente a isto, apresentam um discurso no qual se dizem preocupados em manter a cidade bela, próspera e sem sinais de pobreza (ARAÚJO, 2010, p.175).

Outro agente transformador no processo de produção espaço urbano é o poder público. O Estado desempenha um papel fundamental na constituição das espacialidades. O Estado, ao mesmo tempo em que age em consonância com os agentes do mercado imobiliário, que tratam a cidade como negócio, deveria, também, atuar para a minimização dos problemas socioespaciais da cidade, em outros termos, para a redução das desigualdades que se manifestam territorialmente. Como por exemplo, a questão da água,

esgoto, educação, saúde, entre outros bens de uso coletivo, que devem ser ofertados para a população de uma forma que a distância seja razoável de suas áreas residenciais.

Portanto, a ação do Estado não pode ser entendida como unidirecional, ou mesmo como estando voltada, exclusivamente, para o atendimento do bem comum ou dos interesses privados. Ela é complexa e contraditória. Ainda que saibamos que o Estado, frequentemente, age para atender a interesses de agentes dominantes da sociedade urbana, ele pode ser pressionado, demandado a promover o bem comum.

Para alguns autores que trabalham com os aspectos da segregação socioespacial como Jean Lojkine (1981), o processo de produção capitalista gera contradições na política urbana, pois o Estado permite que a classe dona do capital organize os espaços de acordo com os seus interesses. O autor ainda destaca que a lógica da segregação social e espacial se apresenta em três níveis: a) nas políticas de habitação; b) nos equipamentos coletivos e de transporte; c) na organização das cidades.

Em Maringá a atuação do Estado em conjunto com os agentes imobiliários acontece desde a época da Companhia, como já foi destacado. Um outro momento importante, com participação do poder público municipal, foi a reorganização de áreas antes desvalorizadas com a presença da classe pobre. Como Maringá tinha um caráter de cidade bela, essa população não podia manter-se ali, dessa forma, foram remanejadas para outras localidades, fazendo com que essas áreas voltassem a ter valorização no mercado imobiliário.

Para Corrêa (2004, p. 59), “o primeiro processo de segregação urbana é o da segregação residencial, que é definida como sendo uma concentração de tipos de população dentro de um dado território”. Dessa maneira, temos a performance dos espaços desiguais dentro da malha urbana que moldam as diferentes populações, guiadas por um mercado imobiliário e fundiário, de acordo com seus diferentes níveis de renda.

Stiglitz (2016) ressalta que os mercados deixados aos seus desígnios podem somente atuar no sentido de acirrar as desigualdades. As práticas monopolistas são um exemplo de quando o Estado não age como deveria e não impede que o setor privado se sobressaia aos cidadãos comuns. Para Stiglitz (2016), o Estado deve corrigir as falhas dos mercados, criando políticas que juntem os incentivos privados e os retornos sociais, ou seja, que ele desempenhe o papel de comandar as regras com leis eficientes que beneficiem a todos. Nas palavras de Stiglitz:

Embora as forças de mercado ajudem a moldar o nível da desigualdade, as políticas governamentais moldam essas forças de mercado. Muita da desigualdade atual resulta de políticas governamentais, tanto as que o Governo aplica como as que se abstêm de aplicar (STIGLITZ, 2016, p. 89).

O Estado deveria atuar como um indutor de uma urbanização mais justa, em que a riqueza urbana produzida socialmente seja colocada à disposição de todos, independentemente da sua classe social. Em seu livro “O preço da desigualdade” Joseph Stiglitz (2016) utiliza o termo “*rentseeking*” que expressa como o processo político, se não controlado, permite que os ricos se sobreponham ao conjunto da sociedade.

Portanto, apesar dos vários fatores que geram e ampliam a desigualdade em uma sociedade, o grande ponto está em como as políticas governamentais se relacionam com o mercado e a forças sociais. Para isso, ao avaliar as dinâmicas urbanas, pode-se observar que as famílias alvo das políticas de habitação popular são deslocadas para lugares mais precários e afastados dos centros urbanos. Há elementos importantes que podem ser usados para compreender essa desigualdade territorial, provocada pelo mercado nas cidades médias, como a presença ou ausência de infraestruturas básicas (públicas e privadas de uso coletivo) que denotam a riqueza ou a pobreza do lugar. Por isso, não se pode perder de vista a complexidade da realidade, que não se caracteriza como única e homogênea dentro de um espaço urbano.

Entender a lógica do Estado no âmbito das políticas de habitação junto a lógica das empresas que atuam nesse mercado traz um olhar peculiar para o que ocorre na cidade de Maringá. Segundo Ramos (2015), no que consiste o processo de produção o espaço urbano maringaense existe uma linha que atravessa tanto o município quanto as empresas da construção civil e os agentes envolvidos na área habitacional, ou seja, no setor econômico que envolve a produção de capital. Nesse sentido, a cidade é vista como mercadoria e seu processo e urbanização acaba permitindo distorções que conduzem um modelo de acumulação capitalista centrada na desigualdade territorial e social. Portanto, apesar dos vários fatores que geram e ampliam a desigualdade em uma sociedade, o grande ponto está em como as políticas governamentais se relacionam com o mercado e a forças sociais.

O Programa Minha Casa, Minha Vida e a espacialidade dos conjuntos habitacionais em Maringá

Apesar de ser recente sua instituição no âmbito da política habitacional brasileira, o Programa Minha Casa Minha Vida completou 10 anos em 2019. Em sua primeira fase, o programa tinha como objetivo criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais para famílias com renda de até dez salários mínimos. Dessa forma, o Programa contempla os seguintes subprogramas, ambos com redação por meio da Lei Nº 12424/2011: I - Programa Nacional da Habitação Urbana (PNHU); II - Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Como destaca Amore (2015):

O “Minha Casa Minha Vida” é, antes de tudo, uma “marca”, sob a qual se organiza uma série de subprogramas, modalidades, fundos, linhas de financiamento, tipologias habitacionais, agentes operadores, formas de acesso ao produto “casa própria” – esta sim uma característica que unifica as diferentes experiências (AMORE, p.15, 2015).

Assim, o Minha Casa, Minha Vida criou subsídios para as famílias com rendimentos de até R\$ 1.600,00 (cerca de três salários mínimos em 2011) entrarem no programa, concentrando-se, portanto, na faixa de maior déficit habitacional. São principalmente essas famílias que passaram por um processo de segregação socioespacial, onde são realocados para espaços pré-determinados pela prática capitalista.

De acordo com Negri (2008), a segregação socioespacial é um processo de múltiplos aspectos, como o econômico, social, estrutural, entre outros. Conforme a classe mais alta busca valorizar, de acordo com seus interesses, certos espaços urbanos, as classes mais baixas acabam sendo deslocadas para áreas com menor valor imobiliário, o que produz a segregação socioespacial.

Dessa maneira, é possível entender que a segregação socioespacial está relacionada ao alcance desproporcional entre as distintas classes dentro de um espaço urbano. Ela afeta diretamente na questão do uso dos equipamentos coletivos, bem como, nos equipamentos privados que são necessários no cotidiano. Além disso, também se expressa como uma forma de divisão entre essas classes, onde os mais ricos concentram-se em áreas providas de infraestrutura e os mais pobres em outras áreas e essas apresentam alguma deficiência ou até mesmo ausência de serviços básicos, é como também se expressa a desigualdade territorial.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 78-100, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

A desigualdade territorial é um ponto enraizado no Brasil desde seu processo de colonização. Para Arretche (2015) ainda na década de 70 o país apresentava muito municípios com população pobre e carente de serviços básicos. Posteriormente, houve um razoável avanço na conjuntura das cidades, como melhoria na renda *per capita*, infraestrutura, disponibilidade de serviços médicos e escolares. Porém, mesmo com esses avanços a concentração de riqueza ainda se manteve.

A despeito da trajetória similar de expansão territorial, ainda em 2010 as taxas de cobertura variavam bastante entre as políticas, e aquelas políticas que apresentam mais baixas taxas de cobertura também apresentam maior desigualdade territorial. Assim, a desigualdade territorial de acesso a serviços essenciais só é baixa quando este se torna universal no território nacional.

A trajetória de expansão das coberturas é marcada por alta associação entre riqueza das jurisdições, renda da população e oferta de serviços essenciais (ARRETICHE, p.197. 2015).

Essa é uma prática recorrente na mercantilização do solo urbano, pois fornece as condições para justificar o alto valor imobiliário de certas áreas da cidade, mais precisamente daquelas privilegiadas em termos infraestruturais. Nesse aspecto, o Estado, um dos agentes envolvidos no processo de produção do espaço urbano, como destaca Corrêa (2004), desempenha um papel fundamental na constituição de desigualdades territoriais, por intermédio da definição de áreas para a provisão das infraestruturas sociais básicas.

Essa dinâmica da produção do espaço urbano atrelada ao alto valor do terreno urbano maringaense obrigava a população beneficiada com políticas habitacionais se instalarem em áreas afastadas do centro da cidade. O mesmo ocorreu com as pessoas contempladas com o Programa Minha Casa, Minha Vida, em Maringá, com relação as moradias de interesse social, que englobam a faixa 1 do programa.

Essa questão habitacional do município, em relação ao alto custo da terra, proporcionou a criação da Lei Complementar nº 820/2010, que aprova conjuntos habitacionais a serem implantados nos distritos do município, para atendimento ao PMCMV. Dois conjuntos habitacionais foram citados e implantados com a lei em vigor: Conjunto Habitacional Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos, em Floriano, e o Conjunto Habitacional Albino Meneguetti, em Iguatemi, todos referentes a faixa 1 do programa. Além de outras Leis Complementares que transformam em Zonas Especiais de Interesse

Social – ZEIS as áreas destinadas para habitações de implementação do Programa.

Como já ressaltado, o Programa Minha Casa, Minha Vida é dividido por faixas de rendimentos. As moradias de interesse social pertencem a faixa 1, com rendimento até R\$ 1.800,00 (um mil e seiscientos reais) atualmente. Este tipo de moradia é lançado pelo poder municipal em parceria com o governo Federal e com agentes privados, visam diminuir um dos graves problemas sociais das cidades brasileiras, que é o déficit de moradias.

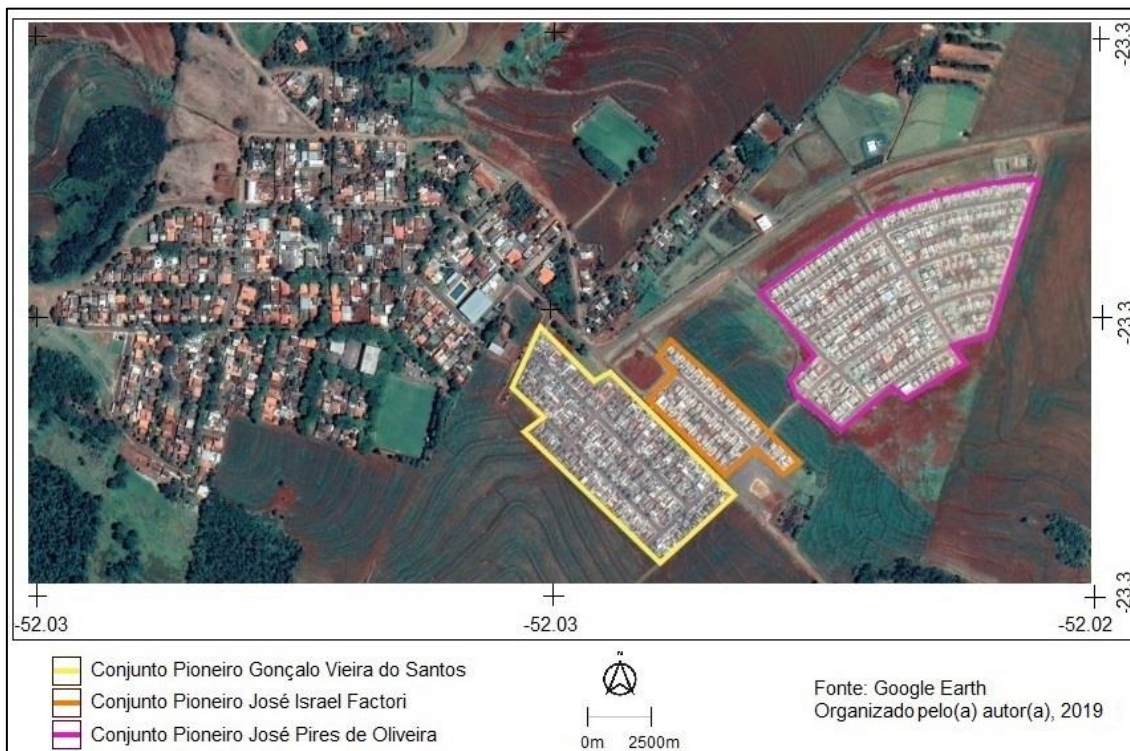
Nesse sentido, do cenário nacional ao cenário local em Maringá em 2010, são parecidos, posto que, segundo a fundação João Pinheiro, o déficit habitacional seguia a tendência nacional para as populações com rendimentos de 0 a 3 salários mínimos, onde o déficit habitacional local era de 7.378 moradias. Na comparação com o déficit habitacional total do município, este segmento representava mais de 69,68%, sendo ainda maior que a média nacional [...] (REIS, 2017, p. 87).

Com esses dados, é possível entender a carência e a necessidade de novas habitações de interesse social no município de Maringá. O governo municipal, no entanto, viu no Programa Minha Casa, Minha Vida não somente um recurso para suprir esse déficit habitacional, mas também fundamentar uma maneira de favorecer essencialmente os interesses econômicos desses agentes, movimentando o mercado imobiliário.

Como consequência, ocorreu a construção de moradias populares, ocasionando sempre em uma realocação desses determinados grupos, de acordo com os interesses do capital privado, não deixando de lado o caráter segregador criado desde o início de sua colonização, como assinala Reis (2017). Essa dinâmica acaba excluindo as populações contempladas com as moradias para as bordas das cidades, e até mesmo para os Distritos de Floriano e Iguatemi, áreas estas, distantes do centro da cidade e desprovidas das maiorias dos equipamentos coletivos necessários para bem-estar social.

Entre os anos de 2011 a 2015 o distrito de Floriano, por exemplo, apresentou a criação de três conjuntos habitacionais referentes ao PMCMV, são eles: Conjunto Habitacional Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos (faixa 1), Conjunto Residencial Pioneiro José Israel Factori (faixa 2) e Conjunto Habitacional José Pires de Oliveira (faixa 2), cuja população total compreende um total de 418 famílias beneficiárias com moradias (Reis, 2017), como pode ser observado na Figura 03. Se comparado ao total de domicílios permanentes já existentes em Floriano e o número de moradias construídas com o PMCMV, houve um aumento superior a 70% de moradias no distrito segundo Reis (2017).

Figura 03: Moradias construídas pelo PMCMV em Floriano



Fonte: Google Earth
Organizado pelo (a) autor (a) (2019).

Com o intuito de uma análise prévia, foi realizada uma visita de campo no distrito de Floriano em relação a todo seu entorno para entender como os conjuntos se especializavam. Essa observação iniciou-se desde o percurso viajado até se chegar ao distrito. Durante o trajeto na PR-317 nota-se a presença de vários vazios urbanos com propriedades privadas provenientes das plantações do agronegócio, além de lotes a espera de valorização. Ao entrar no distrito, pelo acesso a Estrada Bravin, verifica-se novamente um longo percurso de lotes vazios, propriedades rurais, a Estação Experimental de Piscicultura da Universidade Estadual de Maringá (CODAPAR/UEM) e a estação de tratamento de esgoto (SANEPAR).

Ao chegar na estação, observa-se o primeiro conjunto, entretanto, o último a ser construído: Conjunto Habitacional Pioneiro Jose Pires de Oliveira. Com o termino da sua construção em 2015, o conjunto conta com 232 moradias para a população de baixa renda (faixa 1). Nesse sentido, foi possível analisar, pela distribuição espacial, que essa região se manifesta como uma área de expansão, ou seja, a parte mais recente que se situa ao sul do distrito e, por esse motivo, o entorno e conseqüentemente o próprio conjunto habitacional, não expressavam infraestrutura.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 78-100, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

Além disso, as áreas ao lado do conjunto habitacional também apresentam vazios urbanos, que são ocupados por propriedades privadas com cultivo de plantação das culturas da região (soja, milho e trigo). Em direção a parte superior do conjunto, é onde estão instalados os dois outros empreendimentos provenientes do PMCMV: O Conjunto Habitacional José Israel Factori, sendo o segundo a ser construído com apenas 50 moradias e Conjunto Habitacional Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos, o mais antigo, com 136 moradias edificadas. Deste modo foi necessária a intervenção do poder público municipal para viabilizar a instalação das moradias no local de acordo com a Lei Complementar nº 820/2010 Art.4ª onde:

As obras de infraestrutura urbana dos conjuntos habitacionais tratados nesta Lei, a serem executadas dentro do prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, independentemente da prestação de caução por parte dos loteadores, serão compostas por:

- I - abertura das vias de circulação;
- II - demarcação dos logradouros, quadras e datas;
- III - rede de distribuição de água potável;
- IV - rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;
- V - rede de galerias pluviais;
- VI - rede coletora de esgoto sanitário;
- VII - pavimentação asfáltica, meio-fio e sarjetas;
- VIII - arborização e urbanização de canteiros (Lei Complementar nº 820/2010 Art.4ª).

Com base na saída de campo foi possível observar que o distrito expandiu sua população, mas seus serviços básicos de infraestrutura como as escolas, creches, postos de saúde, entre outros equipamentos públicos e privados não chegaram juntamente com o novo contingente populacional. Isso significa que o distrito continuou com a mesma quantidade de equipamentos já existentes antes dos conjuntos habitacionais: um posto de saúde, uma escola, algumas mercearias, uma unidade de atendimento da assistência social e a horta comunitária. Na análise espacial realizada nos conjuntos há, até o momento que esta pesquisa foi produzida, apenas uma execução de infraestrutura sendo realizada titulada como “Meu Campinho”, referente a uma área de lazer para os moradores com o prazo de 120 dias para a execução. Entretanto, não consta na placa a informação da data de início e, portanto, a obra aparentava estar paralisada.

A ausência desses equipamentos leva os moradores dos conjuntos a se deslocarem até área comercial do distrito ou até mesmo, ao centro

urbano de Maringá, que fica em média, 18km de Floriano. Isso vai contra questões previstas na Constituição Federal e nas Diretrizes do Estatuto da Cidade que respaldam uma justiça social a todos os cidadãos quanto a sua qualidade de vida e desenvolvimento de atividades econômicas (BRASIL, 2001). Terra urbana significa terra servida por infraestrutura e serviços (rede de água, rede de esgotos, rede de drenagem, transporte, coleta de lixo, iluminação pública, além dos equipamentos de educação, saúde, etc.). Ou seja, a produção da moradia exige um pedaço de cidade e não de terra nua. Há a necessidade de investimentos sobre a terra para que ela ofereça condições em situação de grande aglomeração (MARICATO, 2008, p. 119).

Nesse sentido, a produção de moradias com o MCMV em Maringá apresenta um ritmo rápido, devido ao alto volume de crédito ofertado na região, como relata Fleury E Silva e Silva (2015). Dados da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (SEPLAN), no ano de 2012, indicam o aumento de 30% em áreas disponíveis para construção, isso conseqüentemente também cresceu no número de edifícios liberados, onde oito deles eram do PMCMV.

No ano seguinte, dados da Caixa Econômica Federal – Superintendência Noroeste e do Banco do Brasil, apresentaram 2842 unidades em Maringá, onde 55% delas era referente ao faixa 2 (R\$1.600 a R\$3.100), 30% referentes ao faixa 1 (renda de até R\$1.600) e de 15% ao faixa 3 (R\$3.100 A R\$5.000). Vale ressaltar que esses valores em 2013 ainda não haviam sofrido alterações.

É imprescindível destacar que as políticas habitacionais governamentais chegam ao município, porções mais distantes das áreas centrais. Entre a periferia que se consolidava e o centro, grandes porções de vazios urbanos são mantidos a espera de valorização, ou seja, em sua maioria, esses vazios são dados como reservas de valor que são gradualmente loteados e vendidos para a população de renda média e alta ou ainda, destinados a grupos privilegiados, enquanto para acomodar a camada social de baixa renda na cidade, sobram as áreas menos valorizadas.

No Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS de Maringá (2010), segundo alguns arquitetos entrevistados, em relação a questão habitacional em Maringá, a oferta de habitação para as famílias com renda de três a seis salários mínimos é considerável e adequada, oposto da oferta a famílias de zero a três salários mínimos que estão dispersas pela cidade vivendo precariamente.

Ainda, segundo o arquiteto Claudinei José Vechi no PLHIS (2010), os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida não atingem a demanda, devido

ao elevado custo da terra em Maringá, levando os conjuntos para os distritos e municípios vizinhos:

Os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV estão aquém da demanda devido ao elevado custo da terra em Maringá, levando os conjuntos para os distritos e municípios vizinhos, de acordo com o arquiteto. Atualmente, nos distritos existe interesse dos empreendimentos imobiliários para o setor de 0 a 3 salários mínimos e de 3 a 6 s.m. (conjuntos habitacionais), devido à proximidade com as indústrias, onde trabalha a população. As prefeituras da região procuram a AMUSEP, a qual recorre a Maringá para avaliar e dar apoio na elaboração do projeto e no termo de referência (PLHIS, 2010, p.53).

O fator se inverte em relação ao faixa 3 do Programa, que engloba de seis a dez salários mínimos. Para o arquiteto, a zona sul e central de Maringá movimenta o setor imobiliário:

Já o mercado imobiliário de 6 a 10 s.m é muito aquecido em Maringá, segundo Vechi, com destaque para a zona sul, zona central e zona sete com edifícios de 10 a 15 andares. Além desse fator, a cidade se caracteriza pela prestação de serviço e polo universitário, e conta com a presença de muitas kitnets. Claudinei considera como um dos principais problemas enfrentados na questão habitacional de Maringá, o alto custo da terra. O elevado valor do terreno não se adéqua ao que a Caixa Econômica Federal aceita, inviabilizando muitas iniciativas (PLHIS, 2010, p.53).

Dessa forma, essa parte da população foi distanciada ainda mais dos seus locais de trabalho, lazer e estudos com a política habitacional estabelecida pelo município. Ainda que o indivíduo ganhe o acesso a moradia própria, estes são transferidos para locais mais afastados, ou seja, percebe-se que, a maioria dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida foram implantados longe das áreas centrais, nos distritos de Iguatemi e Floriano.

Apenas três dos conjuntos foram construídos na parte norte da cidade, ou seja, independentemente de estarem dentro dos limites da cidade, ainda assim se encontram em áreas periféricas e afastadas da área central, promovendo também, a segregação socioespacial. São eles: o Conjunto Habitacional Jardim Oriental, com rendimento de até seis salários mínimos (faixa 2) e os Condôminos Residenciais Santa Clara e Santa Júlia, ambos com rendimento de até três salários mínimos (faixa 1). Já distrito de Iguatemi os

dois conjuntos existentes são de até três salários mínimos, sendo eles o Conjunto Habitacional Albino Meneguetti e Conjunto Residencial Irajá.

Este cenário demonstra continuidade do processo de segregação provocado pelo reassentamento populacional com nas moradias de interesse social em cidades médias, ou ainda, como no caso aqui estudado, em distritos. Além do afastamento da cidade sede, o que gera vários vazios urbanos e novas demandas de investimento público, com a necessidade de ampliação da infraestrutura, os conjuntos habitacionais do mesmo programa localizam-se, em sua grande maioria, um ao lado do outro, principalmente em Iguatemi e Floriano, o que motiva o surgimento de grandes conjuntos configurados como bairros.

Assim, é necessário entender a grande importância da justiça espacial levando em consideração as condições para se originar riqueza, bem-estar social em toda sua distribuição. Além de certificar que os espaços possam garantir igualdade no acesso, como também estar a par das necessidades básicas dos indivíduos como alimentação, habitação, serviços de saúde e educação, segurança, serviços social e ambiental e o transporte. Necessidades básicas estas explicitas na Constituição Federal em relação aos direitos sociais que devem ser garantidos a todos.

Para que haja justiça espacial, Harvey (1980) afirma ser necessário uma organização social, política e econômica devidamente respeitada e ainda acrescenta que “a estrutura básica é justa para todos quando as vantagens dos mais afortunados promovem o bem-estar dos menos afortunados [...]”. (HARVEY, 1980, p. 92). Essa questão social em um sistema difundido nos interesses de pequenos grupos acaba se tornando mais complexa do que seria, justamente por manipularem a organização espacial influenciando as decisões de acordo com seus negócios.

Conclusão

O modo como a cidade de Maringá desde o início vem delimitando o seu planejamento e deixa visível ambientes de segregação socioespaciais para aquelas populações consideradas de baixa renda se remete até os dias atuais. O espaço urbano da cidade e sua dinâmica não são projetados de acordo com as condições de vida gerais dos seus habitantes e sim para determinadas parcelas. São os grandes agentes econômicos que

fazem da consolidação urbana uma mercadoria funcional à especulação imobiliária desses empreendedores responsáveis pela produção da cidade.

Nesse sentido, pode-se entender que a dinâmica da segregação socioespacial é gerada pelos processos de produção capitalista do espaço urbano, principalmente pelos agentes econômicos que conseguem modificar e moldar o mercado beneficiando-se dos espaços públicos criados pelo Estado.

A partir das discussões atribuídas nesta pesquisa, além dos agentes privados, é notável a proporção que uma política pública habitacional como o Programa Minha Casa, Minha Vida tem potencializado processos de segregação socioespacial, pois sua contribuição se faz em conjunto a essa dinâmica excludente do mercado imobiliário sobre as populações pertencentes aos segmentos de beneficiários em nível social. Vale ressaltar e, não diminuir, a grande importância do programa na vida de milhões de brasileiros que, somente com o auxílio e existência da política pública, conseguiram adquirir a tão sonhada casa própria e sair do aluguel. Entretanto, existem falhas na sua criação e modo de execução, que precisam ser revistas, para de fato, dar maior enfoque à essa parcela da sociedade.

Os três conjuntos existentes no distrito de Floriano provenientes da produção de habitações de interesse social (PMCMV) mostram-se recorrentes da formação socioespacial do município de Maringá, ou seja, foram configurados de acordo com o mercado imobiliário. O alto valor do terreno na cidade como artifício afasta o indivíduo, amparado pela política pública, para uma área mais rentável e com possível valorização futura. Nesse viés, há cada novo conjunto, estes foram sendo instalados numa mesma área, aglomerados e criando assim um espaço homogêneo. Essa caracterização formula a existência de bairros de acordo com seu valor uso urbano. Nesse caso, esses conjuntos foram edificados fornecendo o acesso à moradia aos beneficiados, ou seja, o distrito de Floriano recebe 418 novas famílias, mas não recebeu as devidas infraestruturas para suprir as necessidades e a demanda de toda essa população.

Nesse sentido, esses impactos socioespaciais estão diretamente ligados ao modo de efetivação da política habitacional em cidades médias, como o caso de Maringá. Este fato está relacionado a dinâmica de mercado, pois o distrito configura-se como área adepta a expansão. Esse crescimento teve seu pontapé inicial com a vinda dos conjuntos. Entretanto, ainda existem vários vazios urbanos a espera de valorização até a chegarem em

Florianópolis. Tudo isso moldado pelo capital financeiro responsável pela produção e distribuição espacial urbana que constrói uma sociedade hierarquizada e excludente com uma determinada parcela da população.

Ainda que este artigo seja apenas uma parcela do enredo, se faz necessário para a contribuição ao conhecimento da realidade urbana de Maringá, à sociedade. Além de chegar as constatações de que a produção do espaço urbano maringense está diretamente ligada a segregação e fundamentada no alto valor do terreno, esse estudo reforça a necessidade de referir o poder do capital imobiliário no direcionamento e planejamento de uma política pública habitacional. Dentro dessa perspectiva, a pesquisa abre a possibilidade de um aprofundamento entorno de toda a questão econômica que acontece dentro da cidade em conjunto com a especulação imobiliária.

Referências

AMORE, C. Minha casa minha vida para iniciantes. In: AMORE, C. S. et al. **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 11-28.

ANDRADE, C. R. M.; CORDOVIL, F. C. de S. A cidade de Maringá, PR. O plano inicial e as "requalificações urbanas". Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/55.htm>. Acessado em 14/03/2020.

ARAÚJO, M. C. A cidade de Maringá: a constituição de um espaço urbano planejado e segregado. In: Rodrigues, A. L.; Tonella, C. (org.). **Retratos da Região Metropolitana de Maringá**: subsídios para a elaboração de políticas públicas participativas. Maringá: Eduem, 2010, p. 165-191.

ARRETICHE, M. **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos (organização Mart a Arretiche) - 1 ed. - São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

BRASIL. Estatuto da Cidade (2001). **Estatuto da Cidade**: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. 273 p. – Série fonte de referência. Legislação; n. 40.

BRASIL. **Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011**. Revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. – Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12424.htm. Acessado em 13/07/2020.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 78-100, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

FLEURY E SILVA, B.; SILVA, R. D. A produção de moradia entre 2000 e 2013 e o impacto na organização socioespacial do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu. In: RODRIGUES, A. (org.). **Maringá: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 268-306.

HARVEY, D. **Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

IBGE, Coordenação de Geografia. **Regiões de Influência das Cidades: 2007**. Rio de Janeiro, 2008.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LUZ, F. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. Maringá: Prefeitura Municipal, 1980.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 3ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

Maringá (PR). **Prefeitura**. 2013. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br>. Acesso em: julho 2020.

NEGRI, S. M. **Segregação socioespacial**. Coletâneas do Nosso Tempo, 2008.

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA. **Brasil**. (2009). Disponível em: <http://www.minhacasaminhavida.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>. Acessado em 19/05/2018.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificación de la vida cotidiana: métodos de investigación cualitativa**. Bilbao, Universidad de Deusto, 1989.

PARANÁ. **Lei nº 790 de 14 de novembro de 1951**. Dispõe sobre a Divisão Administrativa do Estado no quinquênio de 1952 a 1956. – Curitiba, 1951. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-790-1951-parana-dispoe-sobre-a-divisao-administrativa-do-estado-no-quinquenio-de-1952-a-1956>. Acessado em 13/07/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. Secretaria de Planejamento Urbano. Plano Local de Interesse Social de Maringá (PLHIS). 2010. **Disponível em:** <http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/f4137b19bb56.pdf>. Acessado em 21/05/2018.

RAMOS, F. **A produção de habitações de interesse social em Maringá**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá, Maringá 2015.

REIS, J. S. **Realojamento da pobreza: interface da segregação socioespacial na**

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 78-100, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

produção da cidade de Maringá à luz conceitual marxista do valor-de-troca. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Maringá 2017.

RODRIGUES, A. L. **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá.** Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, 2004.

RODRIGUES, A. L. A Ocupação Urbana da Região Metropolitana de Maringá: uma história de segregação. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.108, p.61-86, jan. /jun. 2005.

STIGLITZ, J. E. **O preço da desigualdade.** Lisboa: Bertrand Editora, 2016.

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 obtido pelo primeiro autor na forma de bolsa para o desenvolvimento de sua dissertação.

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

Sobre os autores

Livia Fiorillo Nunes

Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) em 2015 na Licenciatura e em 2016 no Bacharelado. Atualmente é mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (PGE).

Dr. Fernando Luiz de Paula Santil

Possui graduação em Engenharia Cartográfica pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (Unesp - Presidente Prudente - 1991), mestrado em Ciências Cartográficas pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (Unesp - Presidente Prudente - 2001), doutorado em Ciências Geodésicas pela Universidade Federal do Paraná (2008) e pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (2013). Atualmente é professor adjunto no Curso de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica da Universidade Federal de Uberlândia/ Campus de Monte Carmelo (MG). É professor colaborador no Programa de Geografia da Universidade Estadual de Maringá (PGE).

Como citar esse artigo

NUNES, Livia Fiorillo; SANTIL, Fernando Luiz de Paula. A segregação socioespacial gerada pela produção do espaço habitacional na cidade de Maringá/PR. **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)**, v. 03, n. 18, p. 78-100, maio-ago, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.6980

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 78-100, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

Recebido em: 2019-11-14
Devolvido para revisão: 2020-05-25
Aceito em: 2020-07-21